



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

TAINARA ALVES ANDRADE

**O CIDADÃO COMO ATOR PRINCIPAL NO CONTROLE SOCIAL E
ACOMPANHAMENTO NA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS:
ESTUDO DE CASO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS**

Palmas/TO

2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

TAINARA ALVES ANDRADE

O CIDADÃO COMO ATOR PRINCIPAL NO CONTROLE SOCIAL E
ACOMPANHAMENTO NA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS:
ESTUDO DE CASO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão Pública do Curso Superior de Gestão Pública do Instituto Federal do Tocantins, Campus de Palmas.

Orientador: Robleik Barbosa

Palmas/TO

2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

TAINARA ALVES ANDRADE

**O CIDADÃO COMO ATOR PRINCIPAL NO CONTROLE SOCIAL E
ACOMPANHAMENTO NA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS:
ESTUDO DE CASO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS**

BANCADA AVALIADORA

ROBLEIK BARBOSA - ORIENTADOR:

ANA CAROLINA N. FALCÃO - 1 ° MEMBRO

MADSON TELES - 2° MEMBRO

Palmas/TO

2020

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado força e encorajamento, para que eu não desistisse do curso, e agora por fim estar realizando essa etapa final, que já me faz sentir feliz e esperançosa.

Agradeço a minha família, e aos meus amigos que estiveram ao meu lado me incentivando, e nunca desacreditaram dos meus sonhos.

Ao professor Robleik Barbosa por ter aceitado ser meu orientador, e ter desempenhado tal função, cumpriu seu papel fazendo as devidas correções e dando suas sábias instruções, para que assim contribuísse na conclusão deste trabalho que é suma importância para a formação deste curso.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo meu processo de aprendizagem.

Aos meus colegas de curso com que eu pude conviver ao longo destes anos, aos que incentivaram ou que me ajudaram em algum momento e que certamente vou levar para sempre na memória.

Aos voluntários do Observatório Social de Palmas por disponibilizar as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

Ao instituto federal do Tocantins, que é formado por colaboradores profissionais, dedicados e capacitados, no seu papel de levar a informação aos educandos, me sinto orgulhosa por ter passado por aqui.

Obrigado a todos!

RESUMO

O observatório Social de Palmas é uma entidade da sociedade civil organizada destinada a acompanhar e controlar os gastos públicos, promovendo a educação e cidadania fiscal. O presente estudo tem como objetivo apresentar os resultados da participação do cidadão no exercício do controle social e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos no município de Palmas no período de 2016 a 2020. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e bibliográfica e a aplicação de um questionário aplicada a voluntários que atuam com diferentes responsabilidades a fim de se conseguir informações em diferentes níveis. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2019. Assim, foi possível descrever a atual estrutura da entidade, o método de trabalho empregado e a participação do cidadão no controle social. Foi possível identificar diversos estudos realizados e disponibilizados para a sociedade que apontam possíveis falhas em processos da gestão pública, bem como apontadas possibilidades de melhorias, sendo esses estudos encaminhados para a prefeitura municipal, ministério público bem como para outras entidades da sociedade civil organizada. Como sugestão de melhoria o observatório social poderia mensurar de forma quantitativa a economia gerada ao erário público pelas ações realizadas. Assim, conclui-se a importância da atuação do observatório social de Palmas e de seus voluntários como instrumento de controle e sua contribuição no auxílio a gestão pública no acompanhamento da aplicação de recursos públicos no município de Palmas.

Palavra-chave: controle social; transparência; gestão pública, observatório social do Brasil

ABSTRACT

The Social Observatory of Palmas is an organized civil society entity designed to monitor and control public spending, promoting education and fiscal citizenship. This study aims to present the results of citizen participation in the exercise of social control and monitoring the application of public funds in the municipality of Palmas in the period from 2016 to 2020. The methodology used was the documentary and bibliographic research and the application of a questionnaire applied to volunteers who act with different responsibilities in order to obtain information at different levels. The survey was conducted in the second half of 2019. Thus, it was possible to describe the current structure of the entity, the work method employed and the citizen's participation in social control. It was possible to identify several studies carried out and made available to society that point out possible flaws in public management processes, as well as possibilities for improvement, and these studies were forwarded to the city hall, public ministry as well as other organized civil society entities. As a suggestion for improvement, the social observatory could measure in a quantitative way the economy generated to the public treasury by the actions carried out. Thus, it is concluded the importance of the action of the social observatory of Palmas and its volunteers as an instrument of control and its contribution in helping the public management in the monitoring of the application of public resources in the municipality of Palmas.

Keyword: social control; transparency; public management, social observatory of Brazil.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Eixos de atuação	19
Figura 2- Mapa Estratégico	25
Figura 3-Tipos de projetos de Lei	33
Figura 5- Custos câmara municipal	34
Figura 6- Custos câmara municipal	35
Figura 13 - Voluntários	41
Figura 14 - Blitz Avenida Jucelino Kubichek	41
Figura 15- Blitz Parque Cesamar	42
Figura 16 - Acadêmicos da UFT	42
Figura 17 - Apresentação Renapsi.....	43
Figura 18 - Palestra Colégio São Francisco	43
Figura 19 - Oficina Faculdade ITOP	44
Figura 20 - Lançamento Observatório Social.....	44
Figura 21 – Ofício solicitação de melhorias no portal da transparência da câmara	45
Figura 22- Ofício Resposta Ministério Público	46

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1 - Análise de Ambiente	24
Tabela 2 -Classificação dos projetos de lei por finalidade	34
Tabela 3- Custo anual x produção legislativa.....	36
Tabela 4- Vereadores mais frequentes.....	37
Tabela 5 - Vereadores menos frequentes.....	37
Tabela 6 - Transparência	38
Tabela 7- Quadro de servidores.....	39
Tabela 8 - Convênios Prefeitura de Palmas.....	47
Tabela 9 – Andamento das Obras.....	48
Tabela 10 – Evolução das despesas de exercícios anteriores	50
Tabela 11 – Cosip no exerrcicio de 2018	51
Tabela 12 - Gastos do fundo municipal de iluminação publica	52

ÍNDICE DE GRAFICO

Gráfico 1- Porque você escolheu a Observatório Social para ser voluntariar?	29
Gráfico 2 - . Você tem contribuído de forma ativa com o Observatório Social?	30
Gráfico 3 - Quantas horas na semana você disponibilidade para atuar como voluntário?	30
Gráfico 4 - Em quais áreas você contribui?.....	31
Gráfico 5 -Das áreas de atuação do observatório social de Palmas, qual é mais importante? .	31
Gráfico 6 - Qual a sua Avaliação da atuação do observatório social?	32
Gráfico 7 - Na sua percepção as ações realizadas pelo observatório social de palmas, trouxeram ganhos para a sociedade, contribuindo para melhorar a gestão pública?	32
Gráfico 8 - Produção legislativa	35
Gráfico 9 – Evolução das despesas de exercícios anteriores	50

ÍNDICE DE SIGLA

CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
COSIP	Contribuição para Custeio da Iluminação Pública
DEA	Despesas de Exercício Anterior
FIESP	Federação das Indústria do Estado de São Paulo
ITOP	Instituto Tocantinense de Pós-Graduação
OSB	Observatório Social do Brasil
OSPalmas	Observatório Social de Palmas
ONG	Organização não Governamental
SIM	Sistema Informatizado de Monitoramento das Licitações
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TI	Transparência Internacional
TCMRJ	Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEORICO	16
2.1 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL	16
2.2 CONTROLE SOCIAL	17
2.3 OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL.....	18
2.3.1 O que é o Observatório Social?	18
2.4 O OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS	19
2.4.1 Atuação do Observatório Social de Palmas	19
2.4.2 Estrutura Organizacional	21
2.4.3 Planejamento Estratégico do Observatório Social de Palmas.....	22
2.4.4 Metodologia de Trabalho do Observatório Social	25
2.4.4.1 Apresentar a metodologia de trabalho do observatório Social de Palmas.....	25
2.4.4.2 Comissão de Licitações	26
2.4.4.3 Educação fiscal	26
2.4.4.4 As contribuições dos Observatórios quanto à transparência, controle social e gestão eficaz	26
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
4 DISCUSSÃO E RESULTADOS	29
4.1 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS COM A ENTREVISTA E A PESQUISA DOCUMENTAL	29
4.1.1 Entrevista realizada por meio de formulário eletrônico com voluntários que fazem parte da Diretoria do Observatório Social de Palmas.	29
4.1.2 Acompanhar as ações Legislativas da Câmara Municipal	33
4.1.3 Comissão de Licitações.....	39
4.1.4 Educação Fiscal.....	40
4.1.4 As Contribuições Dos Observatórios Quanto À Transparência, Controle Social E Gestão Eficaz	45
5 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE	58

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vivenciou nos últimos anos diversos escândalos de corrupção, com diversos atores envolvidos, tais como: empresários, políticos, funcionários públicos, partidos políticos e empresas.

Segundo o Banco Mundial e Nye (1967), a corrupção é um desvio dos deveres associados a um cargo público para o benefício privado. Mas este conceito pode ser estendido para englobar o benefício a partidos políticos, familiares e classes.

A corrupção pode prejudicar seriamente o desempenho econômico de um país, na medida em que afeta as decisões de investimentos, limita o crescimento econômico, altera a composição dos gastos governamentais, causa distorções na concorrência, abala a legitimidade dos governos e a confiança no Estado. (FIESP, 2010).

Como coloca Silva (2000, p. 72), “tudo se passa como se tivéssemos que desperdiçar dinheiro à toa”. Em vez de usar o dinheiro para a compra de uma nova máquina, desvia-se para o pagamento de propinas. Os recursos poderiam ser investidos em pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias, novos medicamentos etc, mas são desviados para pagamento das práticas corruptas. Assim, um país com alto nível de corrupção percebida, tende a desviar grande soma de riqueza para o pagamento das práticas corruptas.

Além dos impactos econômicos, o montante de recursos que é desviado das atividades produtivas para as práticas corruptas, reduz a eficácia do investimento do estado afetando diretamente a capacidade de investimentos do estado em atividades essenciais causando impactos sociais irreparáveis.

A sociedade brasileira clama por mudanças e de forma firme as instituições estão enfrentando a corrupção, com ações coordenadas que visam combater os atos ilícitos praticados pelos agentes públicos, que aproveitando da fragilidade do sistema deviam os recursos de suas finalidades ou haja conluio ou superfaturamento na aplicação dos recursos públicos.

Esses fatos prejudicam a qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade brasileira, fazendo com que o cidadão não consiga ter os atendimentos básicos garantidos constitucionalmente.

A participação ativa do cidadão que por vezes se limitava a se indignar nas redes sociais ou indo as ruas manifestar-se contra a corrupção e pela ética e zelo na aplicação dos recursos de forma transparente e efetiva.

A ineficiência dos controles e a falta de transparência na aplicação dos recursos públicos e vários relatos de corrupção na administração pública tem provocado o surgimento de outros instrumentos de controle, por meio da sociedade organizada.

Diante do exposto observamos que cada vez mais o cidadão está ciente de suas obrigações enquanto cidadão, e começam a mostrar interesse em transformar sua indignação em ações práticas de exercício de cidadania e controle social.

Assim, iniciou-se um esforço da sociedade civil de forma organizada a monitorar as ações dos gestores públicos por meio do monitoramento e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, uma dessas instituições são os Observatórios Sociais do Brasil.

Ademais, é importante salientar que a administração pública em sua gestão é participativa em que cada ator tem seu papel fundamental para a eficiência dos atos públicos. Seja o Estado assegurar os direitos e garantias fundamentais dispostos na Constituição Federal, seja o cidadão, associações, entidades no controle social do uso dos recursos públicos. (BRASIL, 2005).

Assim, esse trabalho tem como objetivo apresentar a participação do cidadão no controle social e acompanhamento na aplicação dos recursos públicos no município de Palmas; descrever como o Observatório Social de Palmas está estruturado; apresentar o método de trabalho e a participação do cidadão; examinar a atuação do Observatório Social como instrumento de controle social e sua contribuição no auxílio a gestão pública.

Diante da atual realidade brasileira, em que o País passa por diversos casos de corrupção generalizada nos mais diversos segmentos da sociedade, despertou no cidadão brasileiro o interesse em atuar de forma mais efetiva, ou seja, não apenas se indignar, mas começar a colocar em práticas ações que contribuíssem para a participação do cidadão na fiscalização dos recursos públicos, como também contribuir para a melhoria da gestão.

A Organização não Governamental (ONG) Transparência Internacional (TI) elabora o Ranking Internacional da Transparência, um índice que mede a percepção da corrupção internacionalmente. Em um ranking de 180 países em 2017, apresentou o novo índice de percepção da corrupção da transparência internacional, que traz o Brasil em 96º, sua pior posição até hoje. O Brasil ocupava a 76ª posição, em 2015. (TI, 2017).

Segundo estudo realizado pela Federação das Indústria do Estado de São Paulo – FIESP, informa que o custo do desvio de recursos chega a R\$ 69 bilhões de reais ao

ano. Segundo o levantamento, a renda per capita do País poderia ser de US\$ 9 mil, 15,5% mais elevada que o nível atual. Segundo dados de 2008, a pesquisa aponta que o custo médio anual da corrupção no Brasil representa de 1,38% a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, gira em torno de R\$ 41,5 bilhões a R\$ 69,1 bilhões. (FIESP, 2013).

Com estas estimativas, é possível calcular quanto o custo da corrupção representa nas contas do país e também os benefícios que os brasileiros poderiam obter caso a corrupção percebida fosse reduzida.

A corrupção consome os já escassos recursos públicos e expõem os problemas que originam da má gestão, a falta desses recursos, que deveriam ser aplicados na execução de políticas públicas e serviços essenciais, impactam diretamente na sociedade provocando a intensificação da pobreza.

A corrupção pode prejudicar seriamente o desempenho econômico de um país. Entre uma série de problemas, a corrupção afeta as decisões de investimentos, limita o crescimento econômico, altera a composição dos gastos governamentais, causa distorções na concorrência, abala a legitimidade dos governos e a confiança no Estado. Por meio desses fatores, a corrupção compromete a competitividade do país, na medida em que aumenta o custo do investimento produtivo e prejudica a estabilidade do ambiente de negócios. (FIESP, 2010).

Diante de tantos fatos e prejuízos a sociedade, cidadãos iniciaram iniciativas por meio de movimentos organizados que visam uma participação mais ativa do cidadão, sendo estes espaços democráticos e apartidários de monitoramento das ações públicas, é importante salientar que esses instrumentos e fundamentado em uma prerrogativa constitucional como vemos a seguir.

A Constituição Federal de 1988 assegura o controle social exercido com a participação popular como no artigo 194, inciso VII que define a administração da seguridade social sendo sua gestão quadripartite com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. Em seu artigo 198, a CF de 88 define as ações e serviços públicos de saúde que constituem um sistema único, de modo que é assegurada a participação popular em sua gestão por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 2005).

O projeto em estudo assume importância no sentido de apresentar a atuação do cidadão como agente de controle social, pois evidencia uma mudança de paradigma de nossa sociedade com a participação popular de forma efetiva e organizada de cidadãos

de todos os segmentos da sociedade, que podem contribuir com os seus conhecimentos e experiências. Outro fato relevante é observar o método de trabalho realizado e a sua contribuição para melhoria da gestão pública.

Assim, sendo podemos observar que a participação do cidadão no monitoramento das ações da gestão pública pode contribuir para assegurar a qualidade dos serviços prestados e a boa aplicação dos recursos. Além de ser um importante estudo possibilitando a disseminação das práticas e o despertar da cidadania para o cumprimento de um dever de todo o cidadão.

Portanto, levantar o tema em discussão com a participação efetiva do cidadão na administração pública por meio do controle social e monitoramento das ações públicas, demonstra-se ser essencial em meio ao momento em que passa a economia Brasileira, com o contingenciamento de recursos, podendo impactar na prestação de serviços públicos essenciais que correm riscos de não serem prestados à população, ou ser prestado de maneira insatisfatória.

Diante disso, todos precisam ter conhecimento de que é possível e necessário o cidadão participar e opinar de forma efetiva, fiscalizando na execução das políticas públicas e contribuindo para a melhoria da gestão pública.

É importante salientar, que o direito garantido na Constituição ainda não é de conhecimento pleno da sociedade, não tendo consciência de sua liberdade, dos direitos à proteção econômica, social, cultural, de sua plenitude na participação das decisões tomadas pelo Estado, seja de forma direta ou por representantes eleitos pelo voto.

Embora seja ampla e generosa a tutela de direitos e garantias fundamentais incorporadas à Constituição de 1988, ainda não vivemos a democracia plena no Brasil. O conjunto de valores e preceitos constitucionais – tais como a moralidade pública, a proibição de discriminação, o pluralismo político, o respeito à dignidade da pessoa humana, entre outros – aplica-se às relações entre os indivíduos e os órgãos e agentes do Poder Público, e devem exercer, efetivamente, sua força jurídica (TCMRJ, 2011).

Dada a importância do assunto o presente estudo tem como objetivo apresentar os resultados da participação do cidadão no exercício do controle social e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos no município de Palmas, a partir da atuação do Observatório Social de Palmas no ano 2015.

Para tanto foram delineados os seguintes objetivos específicos:

1. Descrever como o Observatório Social de Palmas está estruturado;
2. Apresentar o método de trabalho e a participação do cidadão;

3. Examinar a atuação do Observatório Social como instrumento de controle social e sua contribuição no auxílio à gestão pública.

Desta forma, este trabalho busca responder à seguinte questão-problema: Quais as contribuições do Observatório Social de Palmas no controle social e acompanhamento na aplicação de recursos públicos no município de palmas?

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL

A prática da transparência nas ações da administração pública do Brasil é recente, apesar de ser um dos dispositivos previsto na nossa Carta Magna de 1988, como um princípio fundamental da publicidade previsto em nossa Constituição Federal.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º reza que “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”, que vem a ser conhecida como linguagem cidadã. (BRASIL, 2005).

Entretanto, no Brasil a cultura do serviço público sempre foi de dificultar ao máximo as informações aos cidadãos, com mecanismos que divulgassem apenas o que fosse de interesse dos gestores públicos.

Porém em 2009 foi editada a Lei Complementar nº 131, Lei dos portais de transparências e a Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. As quais definem regras claras e passa a ser a publicidade e o sigilo, a exceção. Desta forma, com o incremento da transparência, surge a possibilidade de realização de acompanhamento pelos indivíduos, o chamado controle social.

Em síntese, além de Prefeituras, Estados e União, Câmaras Municipais, Assembleia, Congresso Nacional, Ministérios Públicos e Judiciário devem dar publicidade a informações de interesse coletivo, como receitas, despesas, quadro de servidores e respectivas remunerações, convênios e contratos celebrados, processos licitatórios, discriminação do patrimônio público, horário de funcionamento e atribuições. Permitindo assim o acesso ao cidadão das informações.

A participação social é fundamental para o sucesso da gestão pública, e como forma de estimular a participação social é fundamental que as instituições públicas hajam de forma transparente, e a informação divulgada aproxima a gestão de seus representantes.

Segundo Braga (2011) a sociedade começou a acompanhar as ações públicas por meio de dois fatores históricos. Com o fim do regime militar e o fortalecimento da participação popular e da imprensa, o cidadão começou a

acompanhar efetivamente as ações públicas. Neste mesmo contexto, o avanço tecnológico permitiu à sociedade acessar qualquer informação pertinente, inclusive relativo às contas públicas.

As entidades públicas têm o dever de promover a transparência de sua administração e a sociedade tem o direito ao acesso e o acompanhamento da administração pública, como forma de consolidação da cidadania.

2.2 CONTROLE SOCIAL

Controle Social e a participação do cidadão como fiscal das ações da gestão pública, seja por meio individual, como um pai acompanhar a merenda da escola de seu filho em um bairro ou de forma organizada a associação de bairros acompanharem a construção de uma praça ou creche no bairro.

Siraque (2008, p.11) conceitua o controle social como um direito humano constitucional, sendo uma luta incessante da humanidade. Para ele o controle social é realizado de forma individual ou coletiva, por meio de entidades juridicamente organizadas, que se colocam a disposição para fiscalizar, vigiar e obter informações sobre algo.

O Controle Social ocorre quando o administrado participa do controle estatal, à medida que pode e deve provocar o procedimento de controle, não apenas na defesa de seus interesses individuais, mas principalmente, na proteção do interesse coletivo (DI PIETRO, 2007).

De acordo com a CGU (2012), o controle social é a participação do cidadão na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de fortalecimento da cidadania, pois amplia a participação popular nas decisões, aproximando as decisões do Estado ao cotidiano do cidadão.

Participar e estreitar o relacionamento com entre governantes e os cidadãos é de suma importância para que os interesses e opiniões sejam levados em consideração no momento do planejamento e na execução das ações realizadas pelas entidades públicas.

Jacobi (2008) ressalta que por meio da ativação do seu potencial de participação, os movimentos organizados poderão cada vez mais intervir de modo consistente e sem tutela nos processos decisórios de interesse público, legitimando e

consolidando propostas de gestão baseadas na garantia do acesso à informação e no fortalecimento de canais abertos para a participação.

Ainda corroborando com Jacobi, Borja apresenta o propósito da participação popular:

O objetivo principal da participação é o de facilitar, tornar mais direto e mais cotidiano o contato entre cidadãos e as diversas instituições do Estado, e possibilitar que estas levem mais em conta os interesses e opiniões daqueles antes de tomar decisões ou de executá-las. (BORJA, 1988, p.18).

No que se refere aos movimentos organizados de participação social, destaca-se o Observatório Social do Brasil, entidade que tem ganhado nos últimos anos visibilidade pela franca expansão de suas ações em todo o país e dedicada ao controle social.

2.3 OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL

2.3.1 O que é o Observatório Social?

O Observatório Social é uma associação não governamental com abrangência de atuação municipal, sendo composta por voluntários apartidários, sem qualquer vínculo com a prefeitura e Câmara Legislativa, sendo um instrumento de controle criado pelos cidadãos que visam o controle social da gestão pública, a disseminação da educação fiscal e monitoramento das licitações públicas.

Segundo seu sítio, o Observatório Social do Brasil:

É um espaço para o exercício da cidadania, que deve ser democrático e apartidário e reunir o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública. Cada Observatório Social é integrado por cidadãos brasileiros que transformaram o seu direito de indignar-se em atitude: em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos. São empresários, profissionais, professores, estudantes, funcionários públicos (exceto os que integrem a esfera de atuação do observatório específico) e outros cidadãos que, voluntariamente, entregam-se à causa da justiça social. (OSBrasil, 2019).

O Observatório Social objetiva assegurar a estratégia e expansão de suas ações ao disseminar metodologia padronizada para atuação dos observadores sociais, promover capacitação e oferecer suporte técnico aos OS em todo o país, estabelecer

parcerias estaduais, para o melhor desempenho das ações locais de controle social. (OSBrasil, 2019).

O Observatório Social do Brasil é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, disseminadora de uma metodologia padronizada para a criação e atuação de uma rede de organizações democráticas e apartidárias do terceiro setor. (OSBrasil, 2019).

Atuando como pessoa jurídica em forma de associação, o Observatório Social prima pelo trabalho técnico, fazendo uso de uma metodologia de monitoramento das compras públicas em nível municipal, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço, de modo a agir preventivamente no controle social dos gastos públicos. (OSBrasil, 2019).

Atualmente existem hoje no Brasil, 134(cento e trinta e quatro) Observatórios Sociais, distribuídos em 16(dezesseis) estados brasileiros. O estado do Tocantins conta hoje com 2(dois) observatórios sociais, ativos, sediados na cidade de Araguaína ao norte do estado e na capital do estado, sendo objeto de estudo o observatório da Cidade de Palmas.

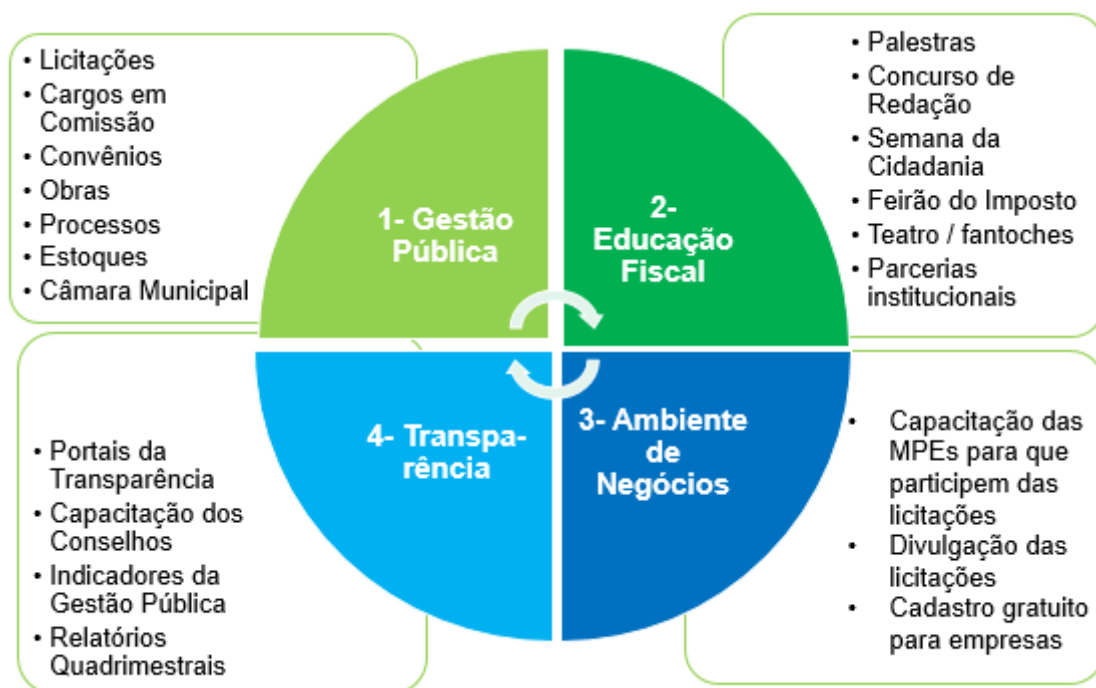
2.4 O OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS

OSPalmas, (2019). O observatório social de Palmas /TO, foi fundado em 16 de abril de 2015, conforme ata da assembleia de constituição o objetivo original instituição voltada para o controle da qualidade na aplicação dos recursos públicos e para educação fiscal no município de Palmas-TO.

2.4.1 Atuação do Observatório Social de Palmas

A atuação do OS/Palmas se limita aos limites geográfico do município de Palmas, para sua atuação foram delimitados 4 linhas principais, os quais destacaremos a seguir:

Figura 1 - Eixos de atuação



Fonte: Observatório Social de Palmas

a) **Gestão pública:** responsável pelo acompanhamento dos processos oriundos da Prefeitura Municipal e câmara municipal:

- ✓ Licitações e contratos;
- ✓ Cargos em comissão;
- ✓ Convênios;
- ✓ Obras;
- ✓ Processos;
- ✓ Estoques;
- ✓ Câmara Municipal

b) **Transparência:** responsável por fiscalizar como os entes públicos estão dando publicidade aos seus atos, conforme disposto previsto na legislação de acesso a informação e lei da transparência.

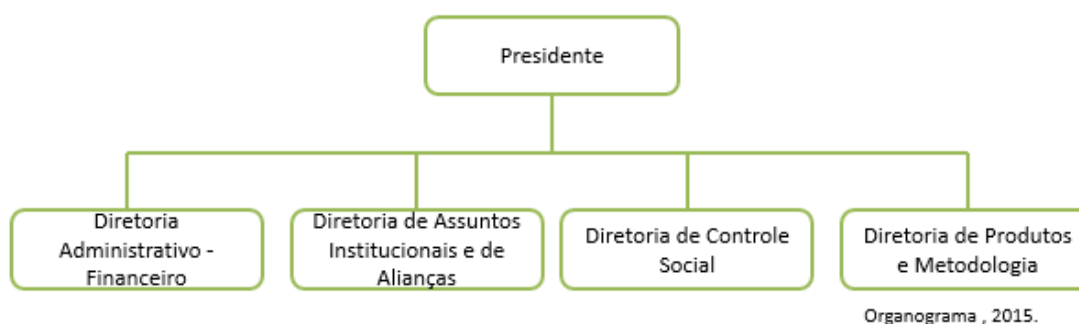
- ✓ Portais de transparência;
- ✓ Capacitação dos conselhos;
- ✓ Indicadores da gestão pública;

- ✓ Relatórios quadrimestrais de gestão;
- c) Educação Fiscal: Responsável pelas ações de educação fiscal, disseminar os conceitos de educação fiscal, bem como despertar no cidadão a responsabilidade e o ato de fiscalizar os atos públicos sendo uma obrigação do cidadão.
- ✓ Realização de palestras em escolas universidades e empresas;
 - ✓ Concurso de redação;
 - ✓ Semana da cidadania;
 - ✓ Feirão do imposto;
 - ✓ Teatros/ fantoches;
 - ✓ Parcerias institucionais
- d) Ambiente de negócio: Responsável por fomentar a participação das Micro e pequenas empresas nas licitações públicas, por meio da disseminação dos certames e orientado as micro e pequenas empresas.
- ✓ Capacitação das MPEs para que participem das licitações;
 - ✓ Divulgação das licitações;
 - ✓ Cadastros gratuitos para empresas.

2.4.2 Estrutura Organizacional

O observatório Social possui estrutura organizacional definida e regulamentada por meio do Estatuto Social, com as suas atribuições e responsabilidades definidas conforme a sua área de atuação e abrangência.

Figura 2 - Organograma Observatório Social de Palmas



Fonte: Observatório Social de Palmas, 2019

Apresentaremos a seguir a responsabilidade de cada diretoria as seguintes atribuições:

- a) **Presidência:** representar o Observatório Social de Palmas, assinar contratos e correspondências, movimentar financeiramente.
- b) **Diretoria Administrativa-Financeiro:** 1º vice-presidente, zelo pelas contas, contratos e aquisições.
- c) **Diretoria Institucional e de Alianças:** Relacionamento e parcerias, visitas institucionais e fechamento de parcerias e voluntários.
- d) **Diretoria de Produtos e Metodologia:** Coordenação das ações de capacitação de Educação Fiscal;
- e) **Diretoria de Controle Social:** Levantamento, estudos e divulgação de resultados e seus impactos.

Como forma de organização e orientar as ações das diretorias do observatório social, na execução de suas atividades foi elaborado o planejamento estratégico.

2.4.3 Planejamento Estratégico do Observatório Social de Palmas

O Planejamento Estratégico do Observatório Social de Palmas tem como horizonte 2015 a 2022, tendo sido elaborado no período de maio à setembro de 2015, contemplando a participação de membros da Diretoria e voluntários.

O planejamento teve como premissa o planejamento participativo, sendo realizado reuniões com os membros da diretoria e voluntários, sendo definido a

identidade organizacional como: Proposito, Visão e Valores, sendo norteadores para a construção da estratégia. Conforme descrito a seguir:

a) Propósito (missão)

“Contribuir na Prevenção à Corrupção para otimizar a aplicação transparente dos recursos públicos por meio da educação fiscal, do controle social, em prol do cidadão palmense”.

b) Visão

“Ser reconhecido pela sociedade palmense como organização de referência na prevenção da corrupção e no controle social”.

c) Valores

“Os valores são crenças e atitudes ditadas pela instituição que determinam os padrões de comportamento que formam sua base de cultura”.

O Observatório Social de Palmas elegeu como seus valores:

1. **Ética:** Atuação íntegra e apartidária para conquista da credibilidade da sociedade.
2. **Comprometimento:** Atuação com compromisso, assiduidade e responsabilidade.
3. **Transparência:** Gestão participativa, clareza na captação e aplicação de recursos e comunicação dos resultados.
4. **Compromisso com o resultado:** Efetividade no alcance dos objetivos organizacionais para cumprimento da missão.
5. **Resgate da cidadania:** Participação do cidadão no controle social para prevenir e combater a corrupção.

Em seguida foi realizado análise dos ambientes de negócio e organizacional, realizando análise do ambiente externo e interno, para a priorização e definição dos objetivos, projetos e metas priorizadas.

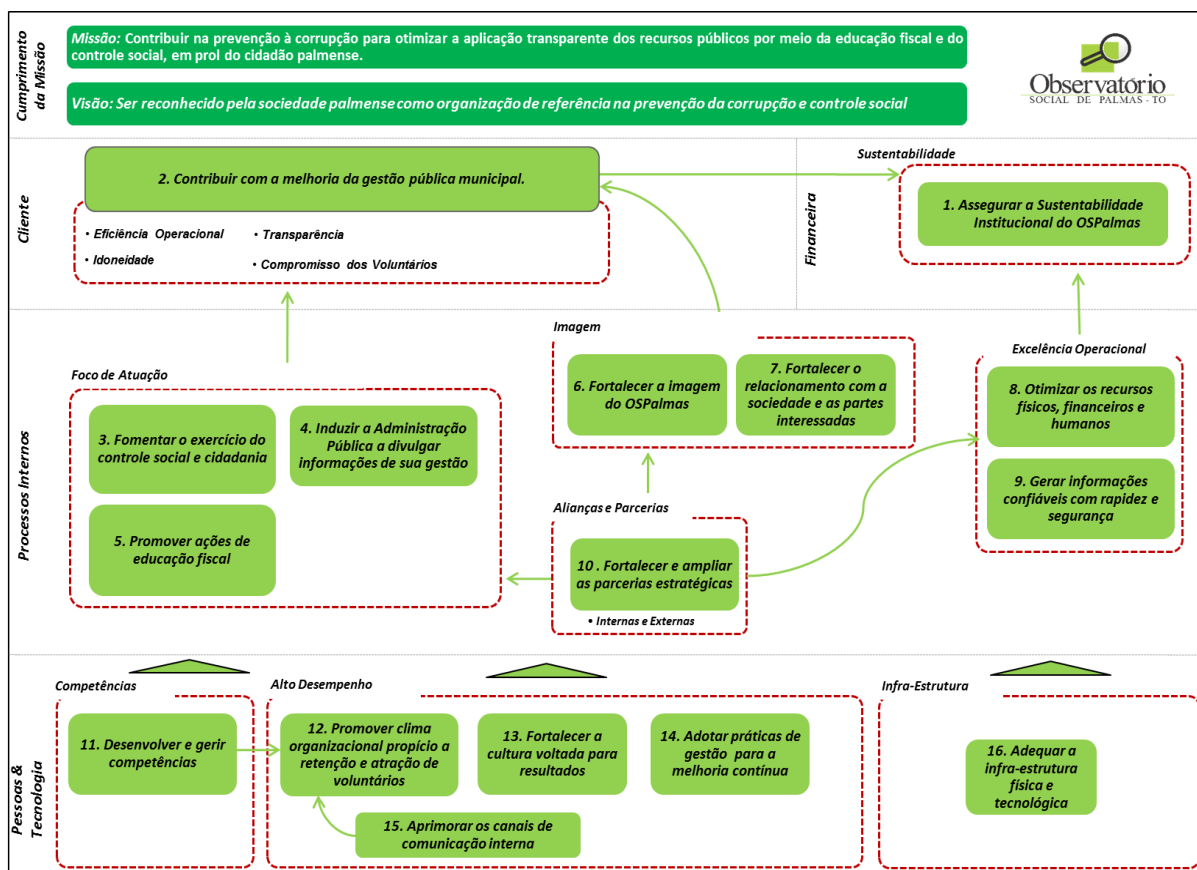
Tabela 1 - Análise de Ambiente

	Oportunidade	Ameaças
	Ambiente Externo	
	✓ Indignação da sociedade com a corrupção na gestão pública; Cenário atual vivido pelo Brasil quanto a necessidade de transparência; ✓ Resultados Efetivos produzidos e comunicados pelo OSBrasil; Receptividade das Organizações; ✓ Ser pioneiro no Tocantins; Efetivação de Novas Parcerias.	✓ Perda de mantenedores e do apoio institucional; ✓ Cenário Econômico do Brasil; ✓ Pressão Política; ✓ Restrição de acesso a informação dos processos a serem analisados.
	Pontos Fortes	Pontos fracos
	Ambiente Interno	
	✓ Equipe Multidisciplinar; ✓ Mantenedores; ✓ Marca; ✓ Planejamento Estruturado; ✓ Comprometimento de Membros; ✓ Competência Técnica; ✓ Apoio Institucional.	✓ Baixa frequência e evasão dos voluntários; ✓ Desconhecimento da metodologia e do Estatuto; Infraestrutura física e tecnológica; ✓ Processos não estruturados; ✓ Falta de Regimento Interno; ✓ Falta de Capacitação específica; ✓ Falta de comunicação das ações que são realizadas; ✓ Falta de Estratégias para Atração e Retenção de Voluntários; ✓ Demora na efetivação de resultados.

Fonte: Observatório Social de Palmas, 2019

A partir da análise de ambiente, definiu-se os objetivos estratégicos priorizados no horizonte de 2015 – 2022.

Figura 2 - Mapa Estratégico



Fonte: Observatório Social de Palmas, 2019

2.4.4 Metodologia de Trabalho do Observatório Social

2.4.4.1 Apresentar a metodologia de trabalho do observatório Social de Palmas

Acompanhar as ações Legislativas da Câmara Municipal

- Fiscalizar a atuação dos Vereadores, analisando a sua produtividade e consumo de recursos.
- Acompanhar a frequência dos vereadores;
- Acompanhar a produtividade dos vereadores;
- Acompanhar a aprovação de Leis;
- Acompanhar despesas dos gabinetes;

2.4.4.2 Comissão de Licitações

- a) Monitoramento das compras municipais, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço, agindo preventivamente no controle dos gastos públicos.
- b) Acompanhar a publicação dos editais;
- c) Observar os quantitativos; valores e qualidade dos produtos;
- d) Avaliar as condições de entregas, prazo e qualidade;
- e) Alimentar o Sistema Informatizado de Monitoramento das Licitações - SIM, visando dar maior publicidade e fomentar a participação de micro e pequenas empresas.

2.4.4.3 Educação fiscal

- a) Promover ações de educação fiscal, visando a conscientização e fomentar a participação do Cidadão nas ações de fiscalização.
- b) Participar de eventos e cursos com temas sobre ética, prevenção a corrupção; gestão transparente;
- c) Promover ações de educação, concursos de redação e eventos, teatros.

2.4.4.4 As contribuições dos Observatórios quanto à transparência, controle social e gestão eficaz

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A importância metodológica de um trabalho pode ser justificada pela necessidade de embasamento científico adequado e pela busca da melhor abordagem para endereçar as questões da pesquisa (MIGUEL, 2010).

Segundo Britto Júnior (2011):

O ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, em um primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica. No segundo momento, deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para alcançar maiores informações e, em um terceiro momento da pesquisa, o objetivo é conseguir informações ou coletar dados que não seriam possíveis somente através da pesquisa bibliográfica e da observação.

Assim, a pesquisa de campo requer inicialmente a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, de forma a conduzir ao estado da arte em que se encontra assunto e permitir que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência que auxiliará na determinação das variáveis envolvidas e na elaboração do plano geral de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2006, p.83 e 84).

Na primeira etapa desta pesquisa, será realizada uma revisão, constituído principalmente de livros, artigos científicos e publicações periódicas, jornais, dissertações e teses, sobre os temas: Controle Social, Transparência, Gestão Pública. Esta revisão servirá para elucidar as investigações, análises e conclusões sobre o tema “O cidadão como ator principal no controle social e acompanhamento da aplicação de recursos públicos: estudo de caso Observatório Social de Palmas”.

Dentre as abordagens de pesquisa quantitativa, o levantamento de dados será por amostragem. Na qual, survey é uma técnica ou método de pesquisa que se baseia em levantamento de dados através de questionários aplicados nas amostras. (MARCONI; LAKATOS, 2006, p.83).

Ainda conforme os mesmos autores supracitados survey é uma documentação direta, utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema, uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Ademais, a entrevista é uma das técnicas mais utilizadas por pesquisadores para a coleta de dados. É utilizada sempre que têm necessidade de obter dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais, podendo estes ser fornecidos por determinadas pessoas (BRITTO JÚNIOR, 2011 apud RICHARDSON, 1999. p 207).

Para Rosa e seus colaboradores (2006) a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada de forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.

Assim, na segunda etapa da pesquisa, foram realizados os procedimentos de coleta e análise das informações, posteriormente os dados serão compilados e realizadas as análises para elucidar os resultados da pesquisa.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Com objetivo de examinar a atuação do Observatório Social como instrumento de controle social e sua contribuição no auxílio à gestão pública, realizou-se a coleta de dados foi realizado através de questionário e pesquisa documental.

A pesquisa ocorreu entre os meses de outubro 2019 a agosto de 2020, e obteve a colaboração do Observatório Social de Palmas, disponibilizando a documentação dos resultados.

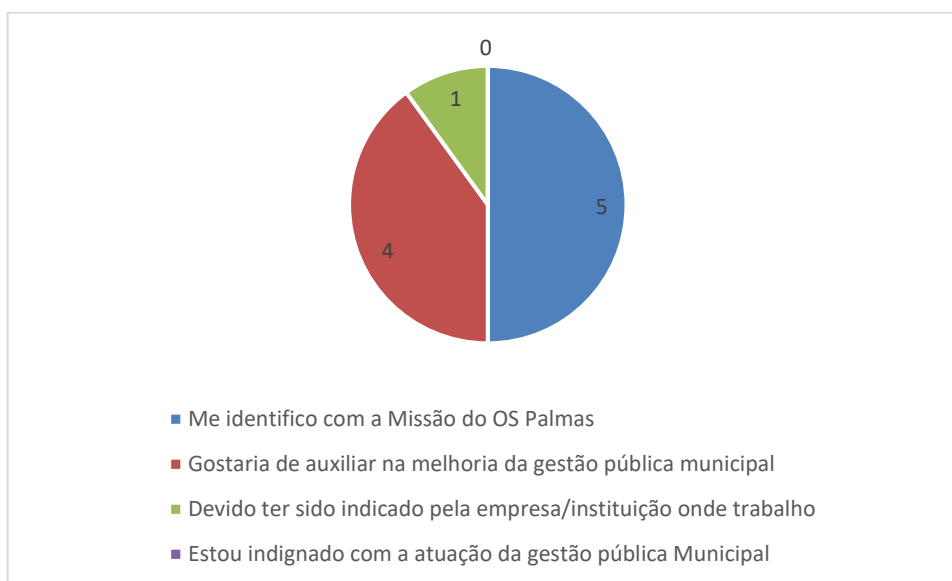
Os dados analisados foram organizados conforme as áreas de atuação do observatório visando a melhor compreensão para a exposição dos resultados.

Apresentaremos a análise das principais ações realizadas pelo Observatório Social de Palmas a partir do início das suas ações em 2016.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS COM A ENTREVISTA E A PESQUISA DOCUMENTAL

4.1.1 Entrevista realizada por meio de formulário eletrônico com voluntários que fazem parte da Diretoria do Observatório Social de Palmas.

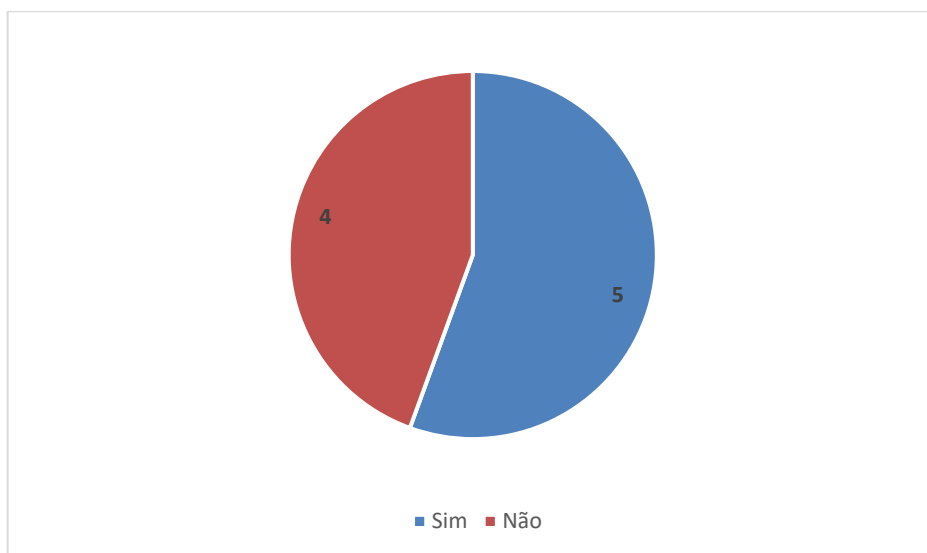
Grafico 1- Porque você escolheu a Observatório Social para ser voluntariar?



Fonte: Autor, 2020

Das respostas obtidas 5 dos entrevistados afirmaram que se identificam com a missão do observatório, outros 4 que gostariam de auxiliar a gestão pública municipal, e apenas 1(um) sendo indicado por instituição, o que demonstra o engajamento da equipe com temas relacionados a missão da institucional.

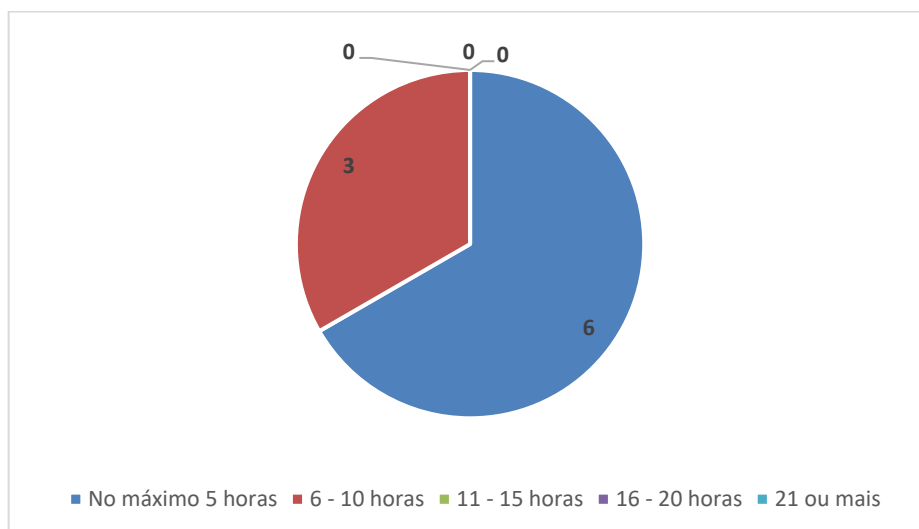
Gráfico 2 - . Você tem contribuído de forma ativa com o Observatório Social?



Fonte: Autor, 2020

Pode –se observar que do total dos respondentes em torno de 40% afirmaram que não tiveram uma atuação efetiva junto ao observatório. O que pode impactar na realização das atividades do observatório.

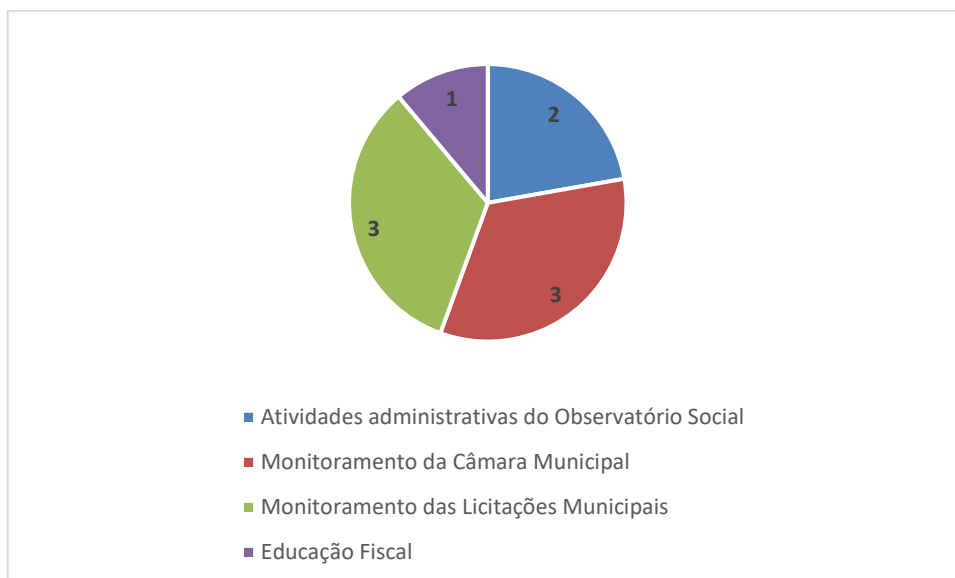
Gráfico 3 - Quantas horas na semana você disponibiliza para atuar como voluntário?



Fonte: Autor, 2020

Observa-se que a maioria dos entrevistados dispõem no máximo 5 horas semanais para realizar as atividades junto ao observatório social.

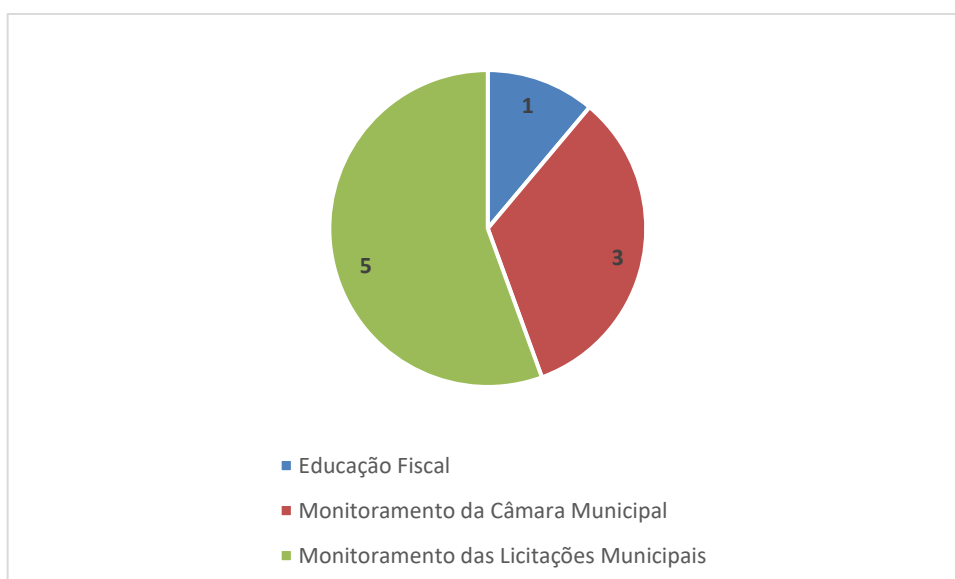
Gráfico 4 - Em quais áreas você contribui?



Fonte: Autor, 2020

Pode-se verificar que a maioria dos entrevistados em torno de 60% estão ligados as atividades de monitoramento da câmara e das licitações municipais. Sendo os outros em atividades administrativas e de educação fiscal.

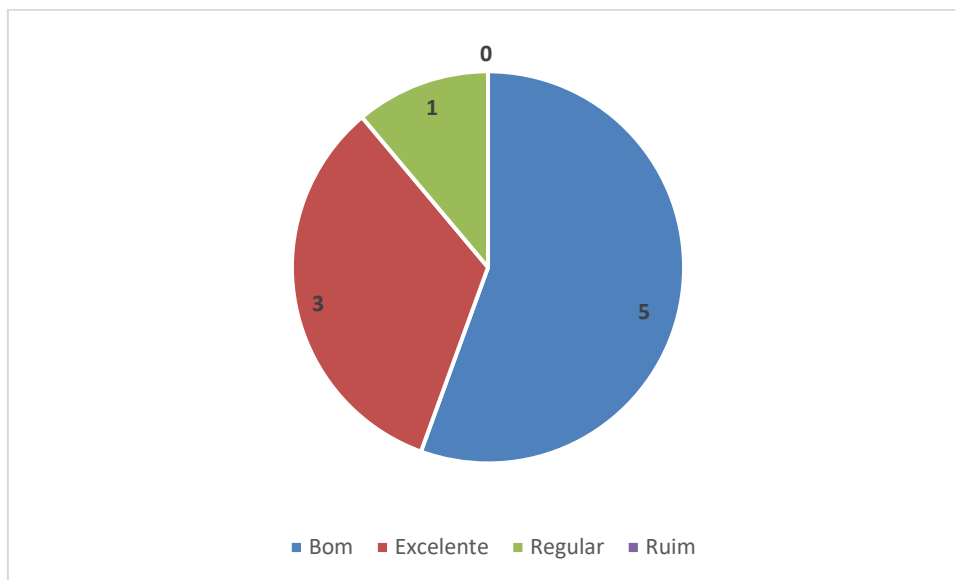
Gráfico 5 -Das áreas de atuação do observatório social de Palmas, qual é mais importante?



Fonte: Autor, 2020

Quando indagados qual a área mais importante de atuação do observatório, as maiores 5(cinco) dos entrevistados apontaram que o monitoramento das licitações seriam a mais importante, seguida do monitoramento da câmara municipal 3 (três).

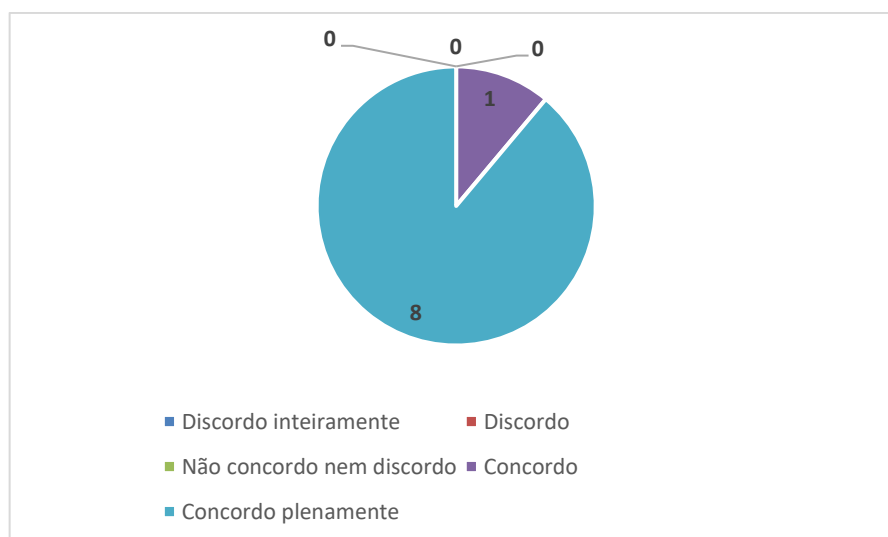
Gráfico 6 - Qual a sua Avaliação da atuação do observatório social?



Fonte: Autor, 2020

Observa-se que a maioria dos voluntários afirmaram que o observatório social realiza um bom trabalho seguido de um excelente por 3(três) respostas, sendo apenas 1 (uma) como regular.

Gráfico 7 - Na sua percepção as ações realizadas pelo observatório social de palmas, trouxeram ganhos para a sociedade, contribuindo para melhorar a gestão pública?



Fonte: Autor, 2020

Para os entrevistados a maioria 8(oito) dos entrevistados afirmaram que em suas percepções que a atuação do observatório social vem contribuindo para a melhoria da gestão pública municipal gerando ganhos para a sociedade.

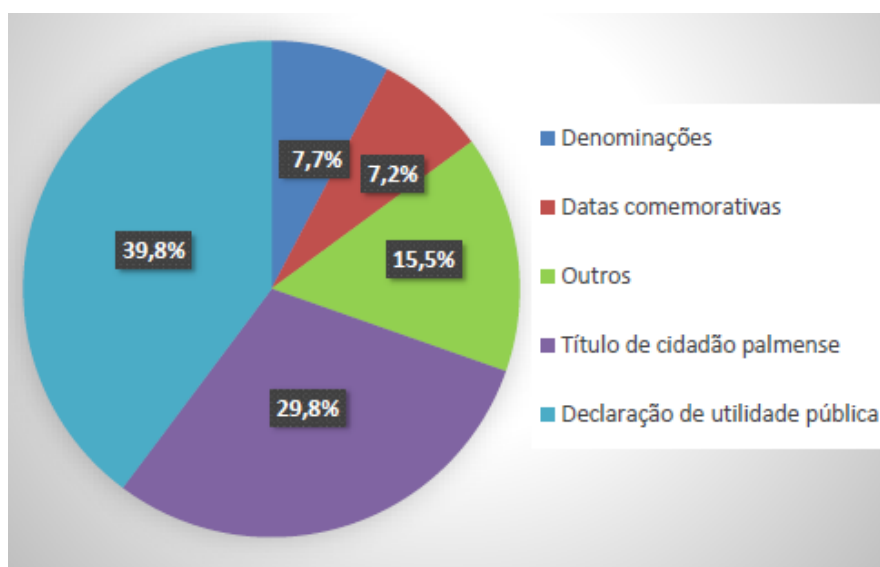
4.1.2 Acompanhar as ações Legislativas da Câmara Municipal

a) Estudo: Análise dos projetos de lei aprovados 2013 a 2016.

Em 2016 foi apresentado estudo dos projetos de lei aprovados na câmara de Palmas. No período de janeiro 2013 a junho 2016 com objetivo de avaliar a quantidade e a finalidade dos projetos aprovados.

Pela análise dos tipos de Projetos de Lei aprovados, pela casa legislativa 181 projetos, constata-se que a grande maioria (84,5%) se refere a projetos para declarações de utilidade pública conferidas a entidades diversas da sociedade.

Figura 3 -Tipos de projetos de Lei



Fonte: Observatório Social de Palmas/relatório de gestão setembro/2016

Observar que (39,8%), foi destinado a concessão de títulos a cidadão palmense, (29,8%), criação de datas comemorativas (7,2%) e denominada de espaços públicos diversos e (7,7%), a nome de praças, parque, quadras, feira, ruas etc. (15,5%) estão àqueles projetos de lei com algum potencial de contribuir para melhorar a vida da população.

Em seguida foi realizado análise dos dados a fim de verificar a produtividade do legislativo municipal, assim classificou-se os 181 projetos por finalidade, utilizando como critérios “alguma relevância” e “Irrelevante”, conforme pode-se observar na figura abaixo.

Tabela 2 -Classificação dos projetos de lei por finalidade

	Descrição	Qtd	%
Alguma relevância	Projetos de Lei com maior potencial para impactar a vida do cidadão. Exemplos: alteram regras da área da saúde, educação, afetam a organização e/ou o funcionamento do município.	28	15,5%
Irrelevantes	Projetos de Lei com pouco ou nenhum potencial para impactar a vida do cidadão. Exemplos: declarações de utilidade pública conferidas a entidades diversas, concessão de títulos de cidadão palmense, datas comemorativas e denominações de espaços públicos diversos.	153	84,5%
Total		181	100 %

Fonte: Observatório Social de Palmas/relatório de gestão setembro/2016

Observou-se que 153 projetos se enquadram no critério irrelevantes, ou seja, 84,5% da produção legislativa da Casa de Leis.

Diante disso buscou-se levantar os custos da câmara municipal, afim de verificar a relação de custos e produção da casa legislativa, no estudo apresentado pelo observatório social de palmas, tendo como base o ano de 2015, o custo com os 19 vereadores foi de cerca de R\$ 1.109.790,00 por mês, conforme figura 6.

Figura 4- Custos câmara municipal

Monitoramento da Câmara Municipal



Você sabe qual o Custo da Câmara?

Ano 2015:

Receita mensal: R\$ 2.570.322,50

Receita anual: R\$ 32.169.870,00

(Fonte: Portal da transparência da Câmara Municipal de Palmas)

Despesas com vereadores:

Salário do vereador: R\$ 12.600,00

Verba de gabinete: R\$ 27.810,00

Verbas indenizatórias: R\$ 18.000,00

Total mês-----R\$ 58.410,00 x 19 vereadores =

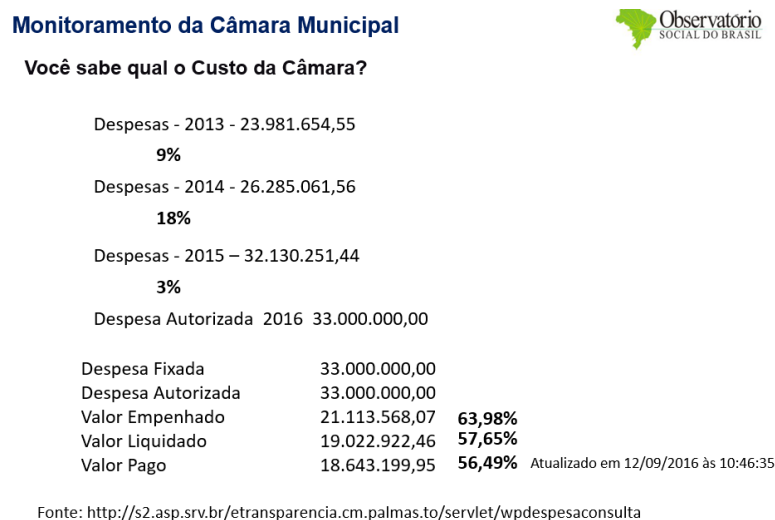
Os cidadãos palmenses gastam cerca de: **R\$ 1.109.790,00 mês**

(Fonte: Diretoria administrativa da Câmara Municipal de Palmas)

Fonte: Observatório Social de Palmas

Em análise realizada pelo Observatório Social de Palmas, observa-se a evolução dos custos da câmara municipal de palmas no período de 01/01/2013 a 12/09/2016, teve um custo total de R\$ 103.510.535,00 (cento e três milhões, quinhentos e dez mil, quinhentos e quatro reais), conforme figura 7.

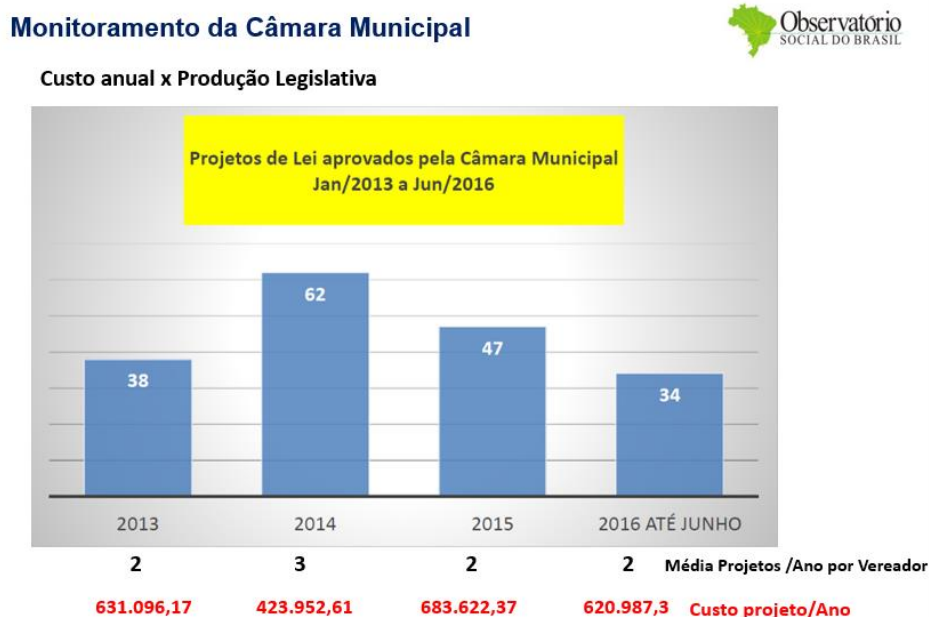
Figura 5 - Custos câmara municipal



Fonte: Observatório Social de Palmas

Em análise dos dados, buscou-se verificar a relação de custo anual x produtividade no período de 2013 a 2016.

Gráfico 8 - Produção legislativa



Fonte: Observatório Social de Palmas

Observa-se que a média de produção por vereador é de 2 projetos por ano, com um custo por projeto médio de R\$ 571.881,40 (quinhentos e setenta e um mil, oitocentos e oitenta e um mil, reais e quarenta centavos), considerando o total de despesa do legislativo municipal no período em estudo.

Tabela 3 - Custo anual x produção legislativa

Monitoramento da Câmara Municipal



Custo anual x Produção Legislativa

Descrição	Qtd	%	Custo Projeto
Total de Projetos	181	100	103.510.535
Alguma Relevância	28	15,5	16.044.133
Irrelevantes	153	84,5	87.466.402

Fonte: Observatório Social de Palmas

Acompanhamento da frequência dos Vereadores

No relatório quadrimestral do Observatório Social de Palmas (OSP) apresentou estudo com a frequência de presença dos vereadores da Capital entre 11 de fevereiro e 10 maio deste ano. No período foram realizadas 23 sessões pelo Parlamento municipal, com uma média geral de comparecimento de aproximadamente 70%, segundo relata a instituição. Segundo os dados, apenas dois vereadores estiveram em todas as sessões realizadas no período levantado: João Campos (PSC) e Milton Nérís (PP). Atrás deles vem Júnior Geo (Pros) e Lúcio Campelo (PR), presente em 22 das 23 reuniões da Câmara de Palmas. Completando a lista dos cinco parlamentares mais assíduos está o presidente da Casa de Leis, Rogério Freitas (PMDB), comparecendo 21 vezes.

Tabela 4 - Vereadores mais frequentes

VEREADORES COM MAIOR NÚMERO DE PRESENCAS		
VEREADOR	PRESENÇA	
JOÃO CAMPOS DE ABREU (PASTOR JOÃO CAMPOS)	23	100%
MILTON NERIS DE SANTANA	23	100%
JOSE LUIZ PEREIRA JÚNIOR (PROF. JÚNIOR GEO)	22	96%
LUCIO CAMPELO DA SILVA	22	96%
ADAO CLARO BARBOSA DE MELO	21	91%
ROGÉRIO DE FREITAS LEDA BARROS	21	91%

Fonte: Observatório Social de Palmas

O vereador mais faltoso da Câmara de Palmas entre fevereiro e maio deste ano foi Iratã Abreu (PSD), marcando presença em apenas 43% das sessões realizadas, o que significa 13 faltas no período. Atrás do social democrata, aparecem: Hiram Gomes (PSDB), Jucelino Rodrigues (PTC) e Waldson da Agesp (PC do B), todos com 57% de comparecimento no período. Completam a lista de menos assíduos Joel Borges (PMN) e Marilon Barbosa (PSB).

Tabela 5 - Vereadores menos frequentes

VEREADORES COM MENOR NÚMERO DE PRESENCAS		
VEREADOR	PRESENÇA	
IRATA ABREU	10	43%
HIRAN MELCHIADES TORRES GOMES	13	57%
JUCELINO RODRIGUES DE JESUS	13	57%
WALDSON	13	57%
JOEL DIAS BORGES	14	61%
MARILON BARBOSA CASTRO	14	61%

Fonte: Observatório Social de Palmas

Ainda em 2016, o observatório social de palmas apresentou estudo no relatório de gestão junho/2016, demonstra que a câmara municipal de palmas estava em um ranking na qual ocupava a 2ª posição entre as mais caras entre as capitais do Brasil, o estudo publicado em abril e utilizou a metodologia da ONG “Transparência Brasil”. Conforme tabela 6.

Tabela 6 - Transparência

Capital UF	Total do Orçamento municipal para 2015 ¹	Orçamento da Câmara para 2015 ¹	Vereadores ²	Parcela do Orçamento por vereador	População da capital ³	Custo per capita
Rio de Janeiro RJ	R\$ 30.189.428.752,00	R\$ 760.519.095,00	50	R\$ 15.210.381,90	6.453.682	R\$ 117,84
Palmas TO	R\$ 1.182.837.435,00 (RREO)	R\$ 30.843.870,00	20	R\$ 1.542.193,50	265.409	R\$ 116,21
Boa Vista RR	R\$ 660.000.000,00	R\$ 33.400.000,00	21	R\$ 1.590.476,19	314.900	R\$ 106,07
Florianópolis SC	R\$ 2.449.374.043,00	R\$ 48.665.437,00	25	R\$ 1.946.617,48	461.524	R\$ 105,45
Porto Alegre RS	R\$ 6.175.398.098,00	R\$ 152.457.665,00	36	R\$ 4.234.935,14	1.472.482	R\$ 103,54
Belo Horizonte MG	R\$ 11.751.994.238,00	R\$ 219.533.000,00	41	R\$ 5.354.463,41	2.491.109	R\$ 88,13
Recife PE	R\$ 5.742.000.000,00	R\$ 132.800.000,00	39	R\$ 3.405.128,21	1.608.488	R\$ 82,56
Vitória ES	R\$ 1.867.035.40,00	R\$ 27.875.136,00	15	R\$ 1.858.342,40	352.104	R\$ 79,17
Campo Grande MS	R\$ 3.672.045.000,00	R\$ 65.896.500,00	29	R\$ 2.272.293,10	843.120	R\$ 78,16
Curitiba PR	R\$ 7.358.000.000,00	R\$ 140.599.000,00	38	R\$ 3.699.973,68	1.864.416	R\$ 75,41
Aracaju SE	R\$ 1.796.082.880,00	R\$ 46.413.000,00	24	R\$ 1.933.875,00	623.766	R\$ 74,41

Fonte: Observatório Social de Palmas

Os dados de 2015 apontam um orçamento de R\$ 30.843.870,00 para 20 vereadores. A Capital do Tocantins perde apenas para a do Rio de Janeiro, que ficou com despesa média de R\$ 117,8 por pessoa, em um universo de 6.453.682 de cariocas.

Locação do prédio

O observatório Social de Palmas aponta que o prédio em que funciona a Câmara é alugado. Em 2012, o aluguel correspondia a R\$ 56.935,22, sendo que o valor atual é de R\$ 87.627,21. Aqui outro ponto chama a atenção. Por ano a casa paga mais de 1 milhão de aluguel e não se vê a discussão de construção de um prédio próprio, sendo que o orçamento da casa de leis é de R\$ 30 milhões anuais.

O contrato de locação não informa a área do imóvel alugado, o que não permite que seja calculado quantos servidores por metro quadrado ocupam o imóvel, já que o número de servidores é excessivo e dificilmente seria comportado pelo prédio.

Composição do quadro de pessoal

Levantamento realizado pelo observatório social em 2016, apontou que 95% do Quadro de Servidores da câmara municipal de Palmas são contratados sem Concurso Público, conforme pode-se observar no quadro a seguir:

Tabela 7- Quadro de servidores

Vínculo	Quantidade
Cargo eletivo (vereadores)	20
Cargo em comissão	470
Pensionista	3
Temporário	40
Estatutário (concursado)	31
Total	564

Fonte: Observatório Social de Palmas

Esse estudo obteve repercussão na mídia regional e nacional conforme podemos observar no estudo é o alto número de servidores em cargo comissionado (470), sendo que apenas 31 são concursados e 40 em regime de contrato temporário, 3 pensionistas, 20 em cargos eletivos totalizando 564 servidores.

Outra ação importante do Observatório Social de Palmas em 2016, foi o lançamento do Termo de Compromisso com a Transparência na Gestão Pública, para os candidatos a prefeito e vereadores. O objetivo do Termo é garantir transparência, prevenção de irregularidades e do desperdício de recursos públicos, e colaborar com a eficiência do gasto público e dos serviços prestados à população.

O estudo em comento é importante para o cidadão refletir se a atuação dos vereadores da capital é satisfatória, uma vez que a Câmara de Palmas tem um orçamento anual de 30 milhões e é a segunda mais cara do Brasil. Também serve como um chamado para a população acompanhar o que está sendo debatido na Casa Legislativa. O estudo chamou atenção da Sociedade Palmense para a baixa produtividade da câmara municipal de palmas, tendo em vista a grande repercussão na mídia da região bem como em nível nacional.

4.1.3 Comissão de Licitações

As ações da comissão de licitações realizadas pelo observatório têm se limitado a Publicação nas redes sociais das licitações da cidade que estão em aberto para possibilitar maior visualização e divulgação entre o empresariado local.

Sendo realizado pelos voluntários a Inserção dos dados de licitações no Sistema Informatizado de Monitoramento das Licitações – SIM e na Plataforma Gestor Publicação nas redes sociais das licitações da cidade que estão em aberto para possibilitar maior visualização e divulgação entre o empresariado local.

A falta de voluntários capacitados para realizar análise tem sido uma das maiores dificuldades do observatório social em realizar as atividades de fiscalização segundo relatos dos voluntários.

4.1.4 Educação Fiscal

As ações visam disseminar os conceitos de educação fiscal, bem como despertar no cidadão a responsabilidade e o ato de fiscalizar os atos públicos sendo uma obrigação do cidadão.

Assim o observatório social realiza atividades como:

- ✓ Realização de palestras em escolas universidades e empresas;
- ✓ Concurso de redação;
- ✓ Semana da cidadania;
- ✓ Feirão do imposto;
- ✓ Teatros/ fantoches;
- ✓ Parcerias institucionais

Seguir será apresentado algumas das ações de educação fiscal realizadas pelo Observatório Social de Palmas.

Reuniões com voluntários para alinhamento das ações e divisão dos trabalhos realizada.

Figura 6 - Voluntários



Fonte: Observatório Social de Palmas

Ação realizada pelos voluntários na avenida Jucelino Kubichek e Parque Cesamar denominada Blitz para divulgação do Observatório Social de Palmas.

Figura 7 - Blitz Avenida Jucelino Kubichek



Fonte: Observatório Social de Palmas/2016

Figura 8- Blitz Parque Cesamar



Fonte: Observatório Social de Palmas/2017

Palestra realizada por voluntários do Observatório para acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins.

Figura 9 - Acadêmicos da UFT



Fonte: Observatório Social de Palmas/2017

Participação no projeto de extensão “Educação e Cidadania: Controle Social na Aplicação de Recursos Públicos”, uma parceria com a UFT e a CGU, aos jovens da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – Renapsi.

Figura 10 - Apresentação Renapsi



Fonte: Observatório Social de Palmas/2018

Palestra sobre cidadania e controle social no Colégio São Francisco para o ensino médio.

Figura 11 - Palestra Colégio São Francisco



Fonte: Observatório Social de Palmas/2018

Oficina do projeto de extensão universitária “educação e cidadania: controle social na aplicação de recursos públicos”. Na sede do instituto tocantinense de pós-graduação (ITOP), com a participação do observatório social de palmas.

Figura 12 - Oficina Faculdade ITOP



Fonte: Observatório Social de Palmas/2018

O Observatório Social de Palmas, realizou apoio técnico para os cidadãos para o Lançamento do Observatório Social de Araguaína.

Figura 13 - Lançamento Observatório Social



Fonte: Observatório Social de Palmas/2018

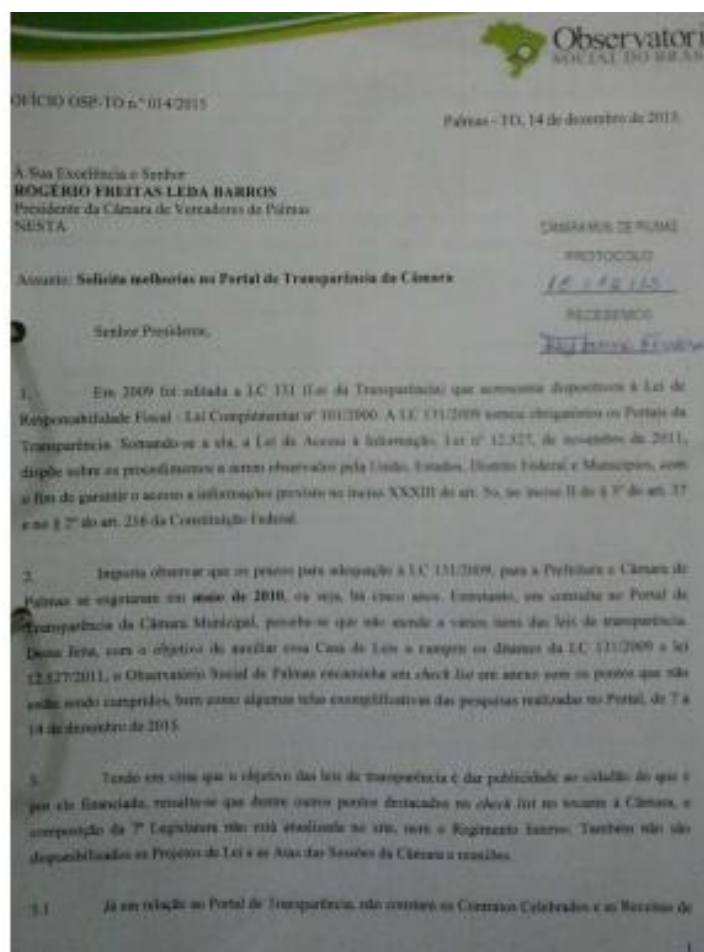
4.1.4 As Contribuições Dos Observatórios Quanto À Transparência, Controle Social E Gestão Eficaz

A seguir apresentaremos alguns estudos realizados pelo observatório que corroboram para a transparência e controle social.

Portal da Transparência na Câmara municipal de Palmas

O Observatório realizou análise do portal de transparência da Câmara Municipal de Palmas em Cumprimento das Leis de acesso a informação (12.527/2011) Lei complementar 131, que determina a disponibilização em tempo real de informações por memorizadas sobre a execução orçamentaria da União, dos Estados, Distrito Federal e municípios, sendo informado por ofício a Câmara Municipal a necessidade de adequação do Portal.

Figura 14 – Ofício solicitação de melhorias no portal da transparencia da câmara



Fonte: Observatório Social de Palmas

Após findados todos os prazos para que a Câmara Municipal de Palmas pudesse se adequar ao solicitado/proposto pelo OS em ofícios anteriores, o OSB – Palmas encaminhou denúncia ao Ministério Público Estadual para que o mesmo apurasse as irregularidades apontadas, quanto ao não cumprimento das Lei de Transparência e Acesso à Informação por parte da casa de leis.

Ofício nº 271/2016 do Ministério Público do Estado, sobre inquérito nº 2016/7352 sobre as irregularidades no Portal da Transparência.

Figura 15 - Ofício Resposta Ministerio Público .



Fonte: Observatório Social de Palmas

Estudo: Relatório De Fiscalização de Obras Municipais Provenientes se Convênios com a União

O Observatório Social de Palmas -TO realizou no Segundo semestre de 2018 uma análise situacional das obras do município de Palmas – TO, com recursos oriundos de convênios com a União, em que os repasses são feitos pela Caixa Econômica Federal (CEF).

O objetivo do OSBPalmas -TO com o trabalho foi identificar valores financeiros e prazos de cumprimentos das obras, para isso as mesmas foram visitadas e, quando necessário, foi feito questionamento a prefeitura pelo Serviço de Informação ao Cidadão eletrônico (E-SIC) para verificar determinada situação.

Tabela 8 - Convênios Prefeitura de Palmas

Convênios Prefeitura de Palmas Tocantins - União	
Convênio	Objeto
825282	Reforma da Feira Coberta da 307 Norte
825841	Reestruturação da Feira Coberta do Setor Aurenly I
862072	Construção de Unidade Pública de Acolhimento
847572	Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva
796140	Construção do Complexo Esportivo Municipal de Palmas
811472	Construção de Unidade de Atenção Especializada em Saúde – Doenças Tropicais
811516	Construir unidade atenção especializada em saúde – Saúde da Mulher
823993	Revitalização da orla da Praia da Graciosa
814305	Construção da Pista de Ciclismo Biciross BMX-SX no formato de Supercross
597856	Construção de 1001 Unidades Habitacionais Distribuídas nas Áreas Arse 131, Arse 132, Arse 54, Buritirana e Taquaruçú
839496	Construção da Raia Olímpica de Canoagem de Palmas – Etapa 1
819241	Construção do Núcleo de Atendimento Integrado - NAI

Fonte: Adaptado de Portal de Convênios (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão)².

Fonte: Observatório Social de Palmas

Com as evidências apresentadas é possível verificar que no valor geral 72% vem do repasse da União, ficando, assim, a conveniente com a maior parte do financiamento de obras e que o município tem encontrado dificuldades para executar as obras no prazo, mediante os termos aditivos apresentados anualmente.

Tabela 9 – Andamento das Obras

Convênio	Início da vigência	Situação da obra ⁴
597856	28/09/2007	Aproximadamente 50% executada
796140	20/12/2013	Licitação efetuada – aguardando contrapartida do município para homologação
811472	19/12/2014	Sem previsão para iniciar
811516	19/12/2014	Sem previsão para iniciar
814305	31/12/2014	Paralisada - Aproximadamente 25% executada
819241	23/12/2015	Sem previsão para iniciar
823993	28/12/2015	Paralisada - Aproximadamente 4% executada
825282	31/12/2015	Concluída
825841	31/12/2015	Aproximadamente 10% executada
839496	19/12/2016	Contrato rescindido
847572	28/09/2017	Clausula suspensiva- Sem previsão para iniciar
862072	31/12/2017	Clausula suspensiva- Sem previsão para iniciar

Fonte: Adaptado de Portal de Convênios (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão)⁵.

Fonte: Observatório Social de Palmas

O acompanhamento das doze (12) obras permitiu identificar que apenas 1 (uma) foi concluída. O quadro 14 expõe que ainda existem 6 (seis) obras sem o início previsto, entre essas 1 (uma) é do ano de 2013 e 2 (duas) de 2014, mostrando um processo retardado nas obras. Outro dado relevante é a rescisão contratual feita pela União, devido à prefeitura de Palmas não ter apresentado projeto para o convênio nº 839496. As demais obras estão sendo executadas, porém como pode ser observado, de modo moroso.

Estudo: Análise dos postos de saúde município de Palmas

Os voluntários do observatório social de Palmas realizaram fiscalização em postos de saúde no município de Palmas-TO, no período de 04 a 18 de agosto de 2016.

O Objetivo foi verificar se as unidades de saúde disponibilizam de forma fácil a visualização de escala de médicos, que permita o cidadão saber quem são os médicos, dias e horário de atendimento.

As normas que orientaram a fiscalização foram a Lei de Acesso à Informação (lei nº 12.527/2011) que garante ao cidadão o direito de acessar informações públicas, bem como a Portaria nº 1.820 de 2009, do Ministério da Saúde.

Foram fiscalizados 28 dos 43 postos de saúde da capital (dentre eles, Unidades de Pronto Atendimento e Policlínicas). Do trabalho se constatou que:

- ✓ 86% dos postos têm escala dos médicos de plantão disponibilizada e 14% não têm;

- ✓ Das escalas disponibilizadas, 64% estavam em locais de fácil visualização pela população, enquanto 32% estavam afixadas em locais de difícil acesso e 4% não se aplicam;
- ✓ Nos postos onde havia escala de médicos, a maioria das escalas era semanal (43%);
- ✓ Onde havia escalas de médicos de plantão disponibilizada, foram verificadas faltas de informações necessárias, como nome dos médicos (em 15% das escalas), especialidade dos médicos (54%), dias da semana em que o médico atende na unidade (4%), horário do atendimento dos médicos (12,5%).

Desta feita, recomendou-se à Secretaria Municipal de Saúde de Palmas que oriente as unidades de saúde a afixarem escalas dos médicos de plantão contendo nome dos médicos, CRM, especialidades, dias e horários da semana em que atende, disponibilizados em local de fácil visualização pela população. Ofício resposta ao Observatório de nº 2476/2016, de 1º de setembro de 2016, da SEMUS, em resposta ao Relatório de Escalas Médicas das Unidades de Saúde.

Estudo: Aspectos da Execução Orçamentária do Município de Palmas - TO: Análise de dados sobre despesas de exercícios anteriores entre 2014 e 2018

Objetivo do trabalho foi identificar e analisar as despesas de exercícios anteriores - DEAs entre 2014 e 2018, para o presente estudo foram realizadas análises quantitativas e qualitativas de informações disponibilizadas no site do Tribunal de Contas do Estado.

No levantamento efetuado nos exercícios de 2014 a 2018, se constatou um aumento de 1.025,18% das despesas de exercícios anteriores (DEA) do município de Palmas, essas despesas constituem compromissos que o mesmo deixou de reconhecer na execução orçamentária do próprio exercício em que foram contraídas, passando a onerar a execução orçamentária do exercício subsequentes, principalmente o exercício imediatamente subsequente, conforme figura 26.

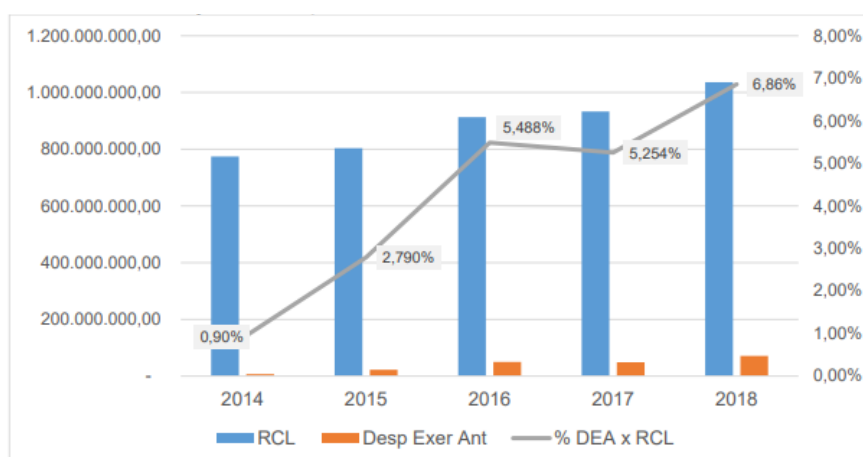
Tabela 10 – Evolução das despesas de exercícios anteriores

	RCL	Despesa Exercício Anterior	% DEA x RCL
2014	774.454.445	6.934.750	0,895%
2015	803.600.597	22.421.736	2,790%
Percentual de crescimento*	3,76%	223,32%	
2016	912.929.447	50.102.202	5,488%
Percentual de crescimento*	13,60	123,45%	
2017	932.932.165	49.013.090	5,254%
Percentual de crescimento*	2,19%	-2,17%	
2018	1.036.353.864	71.093.813	6,860%
Percentual de crescimento*	11,09%	45,05%	

*Percentual de crescimento em cima do exercício anterior.

Fonte: Observatório Social de Palmas

Na figura 27 é possível visualizar o crescimento exponencial da DEA em relação à receita corrente líquida na maioria dos anos, com uma pequena queda em 2017.

Gráfico 9 – Evolução das despesas de exercícios anteriores

Fonte: Adaptado de Site TCE TO (tce.to.gov.br).

Fonte: Observatório Social de Palmas

Independentemente do valor total destas despesas, estas deverão ser registradas na execução orçamental do ano anterior, sendo que a falta de registo distorcerá gravemente os resultados orçamentais apurados em cada período.

Embora não seja objeto deste estudo, deve-se ressaltar que essa abordagem também tem impacto patrimonial sobre a disponibilidade de dívida consolidada e caixa líquido, pois pode registrar despesas que podem ser consideradas não pagas.

O estudo em comento foi apresentado a Prefeitura Municipal de Palmas e a diversas entidades da sociedade civil para que seja tomado as providencias necessárias.

Estudo: Relatório de Análise da Iluminação Pública do município de Palmas – TO -2019.

O objetivo do OSB-Palmas/TO com o trabalho foi identificar como tem ocorrido o gasto com iluminação pública na cidade, para isso foram consultados o site da Energisa (distribuidora de energia elétrica em Palmas-TO) e site TCE, quando necessário, foi feito questionamento a prefeitura pelo Serviço de Informação ao Cidadão eletrônico (e-SIC) para verificar determinada situação. Espera-se que a divulgação do presente relatório desperte o controle social na sociedade e a melhor aplicação de recursos públicos.

É possível verificar os valores arrecadados com a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – Cosip no exercício de 2018, os mesmos são disponibilizados conforme tabela 11.

Tabela 11 – Cosip no exerrccio de 2018

Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – Principal – Energisa	R\$ 23.808.486,34
Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – Principal – Prefeitura	R\$ 3.071.297,57
Contribuição para Custeio da Iluminação Pública – Dívida Ativa – Multas e Juros	R\$ 402.458,46
Doação de Bens em Forma de Pagamento – Cosip – Dívida Ativa	R\$ 2.170.924,71
Doação de Bens em Forma de Pagamento – Cosip – Principal	R\$ 7.009,06
Receita Dívida Ativa – Cosip	R\$ 704.174,14
Multa, Juros de Mora – Cosip	R\$ 167.340,48
Rendimentos de Aplicação Recursos Cosip	R\$ 51.639,47
Total Geral	R\$ 30.383.330,23

Fonte: Observatório Social de Palmas

Na análise realizada pelos voluntários do observatório social, observou-se que a Contribuição é altamente regressiva, está desbalanceada, pois os critérios estabelecidos para cálculo dos valores penalizam os consumidores residenciais com até 101 kwh que chega a 300% em relação aos consumidores acima de 1.500kwh e, para os não residenciais, com base nos mesmos valores chega a ultrapassar os 400%.

Tabela 12 - Gastos do fundo municipal de iluminação pública

Credor	Histórico	Pagamento
A Tecnolumen Iluminação Urbana LTDA	Implantação de Iluminação Pública	478.139,91
Elétrica Luz Comercial Materiais Elétricos LTDA	Materiais Elétricos'	203.336,80
Elite Empreendimento Comercial Eireli Me	Aquisição de Uniformes'	2.775,00
Fabiano com Atacadista de Ferramentas e Materiais de Const.	Aquisição de Materiais Elétricos	703.646,00
Multicoisas Comercio Atac. de Mat. P Construção Eireli Me	Materiais Elétricos'	178.010,00
O & M Multivisão Comercial Eireli EPP	Materiais Elétricos'	279.524,00
Reflet Comercio de Equipamentos Para Iluminação	Materiais Elétricos	770.042,00
Silvenina Uniformes LTDA Epp	Aquisição de Uniformes'	52.050,00
Transvoltec Eletrônica Industria E Comercio Eireli	Mat. Elétricos p Expansão e Implantação	598.294,00
Aplicação da Rede de Iluminação Total		3.265.817,71
J M de Lima Distribuidora Me	Mat. Elétricos p Iluminação Natalina	564.990,00
Multicoisas comercio Atac de mat. p Construção Eireli Me	Materiais Elétricos'	472.938,00
O & M Multivisão Comercial Eireli Epp	Mat. Elétricos p Iluminação Natalina	181.584,00
Execução de Iluminação Natalina Total		1.219.510,00
Brasilcard Administradora de Cartões LTDA	Gerenciamento de Frota	564.116,39
Elétrica Cidade Jardim LTDA	Aquisição de Materiais Elétricos	39.720,00
Elétrica Radiante Materiais Elétricos LTDA	Materiais Elétricos'	940.160,75
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia SA	Fornecimento de Energia Elétrica'	12.901.318,94
Epinet Industria e comercio de Epis Eireli Me	Aquisição de Epis Epcs e Ferramentas	345,00
Fabiano com Atacadista de Ferramentas e Materiais de Const.	Aquisição de Materiais Elétricos	67.072,00
Fer Max Ferramentas LTDA Epp	Aquisição de Epis Epcs e Ferramentas	300,00
Fermarcos com Varej e Atac de Ferr e Acesso LTDA Me	Aquisição de Epis Epcs e Ferramentas	713,00
Imperial Office Eireli Me	Aquisição de Materiais Elétricos	165.700,00
Industria de Pré Moldados da Amazônia S A	Aquisição de Materiais Elétricos	48.625,00
J Coelho Neto Me	Aquisição de Epis Epcs e Ferramentas	5.173,00
Marca Representações Comerciais LTDA	Serviços de Locação de Veículos e Caminhões'	62.979,00
O & M Multivisão Comercial Eireli Epp	Materiais Elétricos'	87.150,60
R Cardoso Alves da Cruz & Cia LTDA Me	Locação de Caminhão	269.940,00
Rsn Logística Locação E Serviços de Maquinas E Equipe LTDA	Locação de Caminhão Munk'	101.325,00
Tocantins com de Mat. de informática Eireli	Aquisição de Epis Epcs e Ferramentas	715,00
Viga Comercio de Equipamentos E Serviços de Telec. Eireli M	Materiais Elétricos	26.840,00
Manutenção da Rede de Iluminação Pública	Total	15.282.193,68
INSS	Valores da Patronal da Folha'	52.718,77
Inst. de Gestão Previd. do Est do TO	Valores da Patronal da Folha'	8,68
Prefeitura Municipal de Palmas	Folha Pagamento	2.622.956,83
Previpalmas	Valores da Patronal da Folha'	210.251,34
Manutenção Recursos Humanos Total		2.885.935,62
TOTAL GERAL		22.653.457,01

Fonte: Observatório Social de Palmas

O acompanhamento permitiu identificar que na atual situação da Iluminação Pública existe um superávit financeiro, todavia a economia com os pagamentos dos serviços de iluminação público podem ainda ser maiores.

O estudo aponta que houve um crescimento de 34% nos gastos com iluminação natalina em relação a 2017, desembolsando um total de R\$ 1.219.510,00.

Observou –se que os bares das praias de palmas fazem uso indevido da energia destinada a iluminação pública.

O estudo demonstra que a leitura e realizada por estimativa, entende que devem ser descontadas dos cálculos o consumo das lâmpadas que não estão funcionando (apagadas), ou

seja, todo o mês tem que proceder uma revisão na estimativa de consumo com uma contagem e informar a concessionária o quantitativo de lâmpadas sem funcionar a ser deduzido da cobrança mensal de energia. Com efeito, não se deve efetuar pagamentos por consumo de energia elétrica que não existiu em lâmpadas queimadas ou que não funcionam. Essa situação configura nítido exemplo de enriquecimento sem causa da concessionária de energia elétrica tolerado pela Prefeitura de Palmas

O estudo em comento foi apresentado a Prefeitura Municipal de Palmas e a diversas entidades da sociedade civil para que seja tomado as providencias necessárias.

5 CONCLUSÃO

Enfrentar escândalos de fraude e corrupção no país, assim como todos os problemas causados pela falta de recursos públicos e má gestão, como a falta de ajuda e serviços públicos básicos como saúde, educação, queda da renda e aumento do desemprego causado pelo poder aquisitivo da população indicam a necessidade e tome medidas urgentes. Portanto, ações coletivas que visem envolver os cidadãos no controle da gestão pública, monitorando e solicitando aos gestores (como o Observatório Social do Brasil) a exigência de transparência e prestação de contas são propostas como estratégia para reverter o descaso com os recursos públicos e as anomalias sociais.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi analisar a participação do cidadão no exercício do controle social e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos no município de Palmas.

Durante a realização dos trabalhos houve dificuldade no que se refere a encontrar dados estruturados pelo observatório social no que se refere a economia gerada aos cofres públicos pelas ações realizadas pelo observatório. Assim, entendo ser de relevância a realização de outros estudos abordando o tema.

Pode-se verificar que o observatório possui um planejamento estratégico com as suas ações bem definidas na sua estrutura funcional, as quais são baseadas em quatro pilares que se referem a Gestão Pública, Transparência, Educação Fiscal e Ambiente de Negócios.

O ponto positivo do estudo foi a disponibilização dos relatórios de gestão do observatório que facilitou a pesquisa documental, entretanto, encontrou-se dificuldade em obter informações como a economia gerada com a atuação no acompanhamento das licitações, sendo relatado que a falta de voluntários qualificados para atuar sobre esse tema dificultando a atuação do observatório. O qual tem atuado mais nas fases de divulgação e análise dos editais, atuando de forma preventiva antes que aconteça o certame.

Como sugestão o observatório poderia realizar parcerias com instituições de ensino no sentido de buscar o auxílio de acadêmicos das áreas de gestão que poderiam atuar como voluntários e contribuir para a análise dos processos em e poder quantificar a economia gerada ao erário público e a sociedade com as intervenções do observatório no que se refere as alterações e melhorias em editais.

Por fim, os resultados alcançados pelos Observatórios Sociais em relação às contribuições do exercício do controle social da gestão pública, responde à questão proposta

como e em que intensidade o Observatório Social de Palmas tem atuado como agente fiscalizador e buscando quando pertinente alguma ação corretiva dos agentes públicos, tendo inclusive acionado o ministério público quando necessário.

Percebe-se que a efetividade do controle social é relevante e pode auxiliar no combate à corrupção e à má gestão pública, duas questões que atrasam o desenvolvimento econômico, político e social do Brasil. Assim podemos concluir que o controle social atua de forma complementar aos controles oficiais.

Assim, conclui-se a importância da atuação do observatório social de Palmas e de seus voluntários como instrumento de controle e sua contribuição no auxílio a gestão pública no acompanhamento da aplicação de recursos públicos no município de Palmas.

REFERÊNCIAS

BORJA, Jordi. **A participação citatina**. Trad. Regina Sílvia Pacheco. Espaço & Debates, nº 24, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRAGA, M. V. de A. **A auditoria governamental como instrumento de promoção da transparência**. IV Congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-06/painel_44-155_156_157.pdf>. Acesso em: 26/09/2019.

DA UNIÃO, CONTROLADORIA-GERAL. Olho vivo no dinheiro público. 2012. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/controlesocial/arquivos/cartilhaolhovivobaixav2.pdf>. Acesso em 10.set.2019.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 20a ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Custo da corrupção no Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/custo-da-corupcao-no-brasil-chega-a-r-69-bi-por-ano/>> Acesso: 02.nov .2019.

FIESP. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Relatório Corrupção: custos econômicos e propostas de combate**. 2010. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=2021>>. Acesso: 03.nov .2019.

JACOBI, Pedro Roberto. **Participação, cidadania e descentralização: alcances e limites da engenharia institucional**. In: SOUZA, Donaldo Beljod. Conselhos municipais e controle social na educação. São Paulo: Xamã, 2008.

OSBrasil. Observatório Social do Brasil. 2016. Disponível em: <<http://osbrasil.org.br/Documentos-osb/>>. Acesso em 08.set.2019.

OSPalmas. **Observatório Social de Palmas/TO. Planejamento Estratégico**. 2019. Disponível em: <<http://palmas-to.osbrasil.org.br/mapa-estrategico/>>. Acesso em 10.set.2019.

OSPalmas. Observatório Social de Palmas/TO. **Ata da Assembleia de constituição**. http://palmas-to.osbrasil.org.br/wp-content/uploads/sites/53/2018/07/Ata-da-Assembleia-Geral-Constitui%C3%A7%C3%A3o-OSPalmas_2015.pdf> Acesso em 10.set.2019.

SIRAQUE, Vanderlei. **Controle Social da Função Administrativa do Estado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 230.

TI. Transparência Internacional. **Corruption Perceptions Index 2017**. Disponível em: <https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2017>. Acesso: 02.nov .2019.

TCMRJ. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. **Controle Social: quando a sociedade participa**. Ano XXVIII– Nº 46– Janeiro de 2011. Disponível em:>http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/5030/Revista_TCMRJ_46.pdf>Acesso: 02.nov .2019.

APÊNDICE

ANEXO A - ROTEIRO DE PESQUISA

1. Porque você escolheu a Observatório Social para ser voluntariar?

- ☐ Me identifico com a Missão do OS Palmas
- ☐ Devido ter sido indicado pela empresa/instituição onde trabalho
- ☐ Gostaria de auxiliar na melhoria da gestão pública municipal
- ☐ Estou indignado com a atuação da gestão pública Municipal

2. Você tem contribuído de forma ativa com o Observatório Social?

- ☐ Sim
- ☐ Não

3. Quantas horas na Semana você disponibiliza para atuar como voluntário?

- ☐ No máximo 5 horas
- ☐ 6 - 10 horas
- ☐ 11 - 15 horas
- ☐ 16 - 20 horas
- ☐ 21 ou mais

4. Em quais áreas você contribui?

- ☐ Monitoramento da Câmara Municipal
- ☐ Monitoramento das Licitações Municipais
- ☐ Educação Fiscal
- ☐ Atividades administrativas do Observatório Social

5. Das áreas de atuação do observatório social de Palmas, qual é mais importante?

- ☐ Monitoramento da Câmara Municipal
- ☐ Monitoramento das Licitações Municipais
- ☐ Educação Fiscal
- ☐ Atividades administrativas do Observatório Social

6. Qual a sua Avaliação da atuação do observatório social?

- ☐ Excelente
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim

7. Na sua percepção as ações realizadas pelo observatório social de palmas, trouxeram ganhos para a sociedade, contribuindo para melhorar a gestão pública?

- ☐ () Discordo inteiramente
- ☐ () Discordo
- ☐ () Não concordo nem discordo
- ☐ () Concordo
- ☐ () Concordo plenamente